

A P I P C D - Associação Paraibana de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Rua Sizenando Rafael, nº 434 – Centro – Monteiro – Paraíba – Cep: 58.500-000

CNPJ nº 17.290.481/0001-10 / Insc. Estadual: Isenta / Registro no CMAS Nº 001/2014 / CNES sob o nº 9889914

Registro MDS - CEBAS - Portaria Nº 90, 03 de Agosto de 2021 - PRONAS/PCD Nº 417, de 15 de Setembro de 2021

Contatos: (83) 9.8182-6614 * Pagina Eletrônica: <https://apipcdmonteiropb.org> E-mail: apipcdmonteiro@gmail.com

RELATORIO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS – TERMO FOMENTO Nº 044/2025

A ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – APIPCD inscrita no CNPJ sob o nº 17.290.481/0001-10, é uma instituição civil sem fins Econômicos, reconhecida como Utilidade Pública Municipal Lei nº 1.710/2013 de 30 de Abril de 2013 e Utilidade Pública Estadual Lei nº 10.386 de 29 de Dezembro de 2014 cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social - sob o n.º 002/2015 de 23 de Julho de 2015, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e do Adolescente- CMDCA- n.º 02/2014 de 19 de março de 2014, Certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social no CEBAS conforme Portaria Nº 90, de 03 de Agosto de 2021 e no PRONAS/PCD-MS Portaria Nº 417 de 15 de Setembro de 2021 com sede atual estabelecida na Rua Sizenando Rafael, nº 434 - Centro – Monteiro – Paraíba - CEP: 58.500-000 telefones: (83) 98182-6614 – Whatsapp: (83)99948-0372 e-mails: apipcdmonteiro@gmail.com no Município de Monteiro- PB.

Justificativa para Aplicação de Recursos – Emenda Impositiva Nº 486

Projeto:

NATEA – Núcleo de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A presente proposta apresentada no Plano de Trabalho à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH à aplicação de recursos oriundos de Emenda Parlamentar Impositiva destinada pelo Deputado Estadual Michel Silvestre Henrique, para subsidiar ações do Projeto NATEA, por meio da aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente administrativo e pedagógicos, além de materiais de limpeza.

O NATEA como órgão integrante da APIPCD é uma iniciativa essencial no atendimento multidisciplinar às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo o acolhimento, desenvolvimento e inclusão social dos usuários atendidos pelo SUS e SUAS. Para o pleno funcionamento de suas atividades, qual é indispensável a disponibilização de insumos básicos que garantam tanto a qualidade do serviço prestado quanto a manutenção das ações atividades da Instituição.

1. Gêneros Alimentícios:

Visam atender às necessidades nutricionais dos usuários durante os períodos de permanência na instituição, garantindo bem-estar, suporte alimentar e favorecendo o processo terapêutico e apoio às Famílias em situação de vulnerabilidade social.



Geraldo Souza de Oliveira Filho
Presidente da APIPCD

A P I P C D - Associação Paraibana de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Rua Sizenando Rafael, nº 434 – Centro – Monteiro – Paraíba – Cep: 58.500-000

CNPJ nº 17.290.481/0001-10 / Insc. Estadual: Isenta / Registro no CMAS Nº 001/2014 / CNES sob o nº 9889914

Registro MDS - CEBAS - Portaria Nº 90, 03 de Agosto de 2021 - PRONAS/PCD Nº 417, de 15 de Setembro de 2021

Contatos: (83) 9.8182-6614 * Pagina Eletrônica: <https://apipcdmonteiropb.org> E-mail: apipcdmonteiro@gmail.com

2. Materiais de Expediente Administrativo e Pedagógicos:

São fundamentais para o apoio às atividades terapêuticas e educacionais desenvolvidas com os usuários, assim como para o bom funcionamento da equipe técnica e administrativa. Envolveem itens como papel, canetas, cadernos, jogos pedagógicos, material de apoio para oficinas, entre outros recursos que estimulam a comunicação, socialização e o aprendizado das crianças e adolescentes com TEA.

3. Materiais de Limpeza:

Essenciais para assegurar a higiene e segurança sanitária do ambiente, protegendo a saúde dos usuários, familiares e profissionais, especialmente diante da sensibilidade de muitos pacientes ao ambiente físico.

Dessa forma, a aquisição desses itens contribuirá significativamente para a continuidade e aprimoramento das ações do NATEA no exercício de 2025, garantindo condições adequadas de atendimento e fortalecendo a política pública voltada à Pessoa com Deficiência-PCD e pessoa com Transtorno do Espectro Autista – PCTEA.

É o presente relatório.

Atenciosamente.

Geraldo Souza de Oliveira Filho
Presidente da APIPCD

A sua Senhoria o Senhor
MICHEL SILVESTRE HENRIQUE
Deputado Estadual da Paraíba

nº 51.800.394/0001-01, para uma apresentação musical, a ser realizada no 40º salão do Artesanato Paraibano, na cidade de Campina Grande, no dia 11/06/2025, como parte das Ações a serem realizadas no âmbito cultural desenvolvido pela Fundação Espaço Cultural Da Paraíba -FUNESC.
Publique-se.

João Pessoa – PB, em 010 de junho de 2025.

BIA CAGLIANI DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente da FUNESC
Matrícula- 800.641-2

FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA

RATIFICAÇÃO

Conforme Parecer nº 211 da Assessoria Jurídica da FUNESC, no Processo nº FEC-PRC-2025/00893-FUNESC – RATIFICO A INEXIGIBILIDADE nº. 084/2025, para pagamento no valor de R\$ 7.720,00 (Sete mil setecentos e vinte reais), objetivando a contratação do GRUPO/ARTISTA TONY DUMON, através da empresa 34.306.463 JULIANAARAUJO SILVA, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 34.306.463/0001-06, para uma apresentação musical, a ser realizada no 40º Salão do Artesanato Paraibano, na cidade de Campina Grande, no dia 11/06/2025. Em função das Ações a serem realizadas no âmbito cultural desenvolvido pela FUNESC.
Publique-se.

João Pessoa – PB, em 10 de junho de 2025.

BIA CAGLIANI DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente da FUNESC
Matrícula- 800.641-2

FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA

RATIFICAÇÃO

Conforme Parecer nº 212 da Assessoria Jurídica da FUNESC, no Processo nº FEC-PRC-2025/00884-FUNESC – RATIFICO A INEXIGIBILIDADE nº. 085/2025, para pagamento no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), objetivando a contratação do artista/grupo PABLO RABECA através da pessoa jurídica 49.594.462 PABLO MATHEUS MEDEIROS DE MENEZES, inscrita no CNPJ nº 49.594.462/0001-73, que tem como representante legal PABLO MATHEUS MEDEIROS DE MENEZES, CPF: 092.176.794-37, referente apresentação musical no 40º Salão do Artesanato Paraibano, no dia 15 de junho de 2025, às 19h, na cidade de Campina Grande-PB, como parte das Ações a serem realizadas no âmbito cultural desenvolvido pela FUNESC.
Publique-se.

João Pessoa – PB, em 10 de junho de 2025.

BIA CAGLIANI DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente da FUNESC
Matrícula- 800.641-2

FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA

RATIFICAÇÃO

Conforme Parecer nº 214 da Assessoria Jurídica da FUNESC, no Processo nº FEC-PRC-2025/00888-FUNESC – RATIFICO A INEXIGIBILIDADE nº. 086/2025, para pagamento no valor de R\$3.000,00 (Três mil reais), objetivando a contratação do ARTISTA/GRUPO "DIEGO PINHEIRO". Através da pessoa jurídica 54.482.804,ANA CAROLINA BRITO DE MEDEIRO BARBOSA, escrita no CNPJ nº 54.482.804/0001-01,referente apresentação musical no 40º salão do Artesanato Paraibano no dia 14/06/2025 as 19hs, na cidade de Campina Grande, como parte das Ações a serem realizadas no âmbito cultural desenvolvido pela Fundação Espaço Cultural Da Paraíba -FUNESC.
Publique-se.

João Pessoa – PB, em 10 de junho de 2025.

BIA CAGLIANI DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente da FUNESC
Matrícula- 800.641-2

Centro Especializado em Reabilitação - CER-IV

LICITAÇÃO

CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO CER-IV - SOUSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°12/2025

A DIRETORA DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO, CER IV - SOUSA/PB, órgão da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, com fulcro no artigo 75º, II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21, RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA A DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 12/2025, objetivando a contratação de empresa especializada na fabricação de fardamentos personalizados para os funcionários do Centro Especializado em Reabilitação CER IV - Sousa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, de acordo com o que consta do processo nº 25.301.000012 2025, e com base no parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria do Estado de Administração. A Dispensa de Licitação será homologada em favor das seguintes empresas:

Empresa	Valor Total
LIONS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	17.001,50

Sousa – PB, 10 de Junho de 2025.

Márcia Virginio Souto
Diretora-Geral do CER IV
Matrícula: 189.160-0

Companhia Estadual de Habitação Popular

LICITAÇÃO

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DIRETA N° 014/2025

CONTRATO 031/2025

PROCESSO N° CHIP-PRC-2025/00956

Objeto: Prestação de serviços especializados de sondagem de solo do tipo à percussão (SPT)

Tipo: Menor Preço

Valor: R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)

Respalhado no inciso II, do artigo 29 da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, RATIFICO a dispensa de licitação reconhecida no Parecer Jurídico Nº 116/2025 da Coordenadoria Jurídica desta Companhia, para contratar a empresa ASSOCIAÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA ERNESTO LUIS DE OLIVEIRA JUNIOR CNPJ 08.846.230/0001-88, objetivando a contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAÇÃO DE SOLO DO TIPO À PERCUSSÃO (SPT) nos municípios de João Pessoa e Campina Grande, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos.

Ante o exposto, DETERMINO a publicação da presente ratificação nos meios necessários para divulgação dos atos oficiais para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

João Pessoa-PB, 10 de junho de 2025.

EMÍLIA CORREIA LIMA
PRESIDENTE

EXTRATO

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR

Extrato de Aditivo de TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO E COMPROMISSO (Lei nº 11.661/2020)

Nº do Cadastro 23-80024-1

Nº do Instrumento 0001/2023

Concedente COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR

Conveniente ASSOC. COMUNITÁRIA DO SITIO CACHOEIRINHA/CUTÉ DE MAMANGUAPE

Interveniente PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA

Valor Original do Instrumento 1.396.710,60

Nº do Aditivo 5

Objeto do aditivo ACRESCENTAR 06 (SEIS) MESES A VIGÊNCIA DO TAC

Valor do aditivo 0,00

Período da vigência do Instrumento 1/2/2023 A 28/12/2025

Data da assinatura do aditivo 10/6/2025

Valor acumulado do Instrumento com o(s) aditivo(s) anterior(es) 1.396.710,60

EMÍLIA CORREIA LIMA - DIRETORA PRESIDENTE

LICENÇAS

A COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR - CEHAP-CNPJ/CPF N° 09.111.618/0001-01, torna público que requereu a SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO – através do Proc. 2025-002975/TEC/LI-0149 para a construção do empreendimento, pelo Programa Parceiros da Habitação, composto por 50 unidades habitacionais, com Sistema de Esgotamento sanitário composto por fossa séptica coletiva, filtro anaeróbio e leito de secagem, no município de Boqueirão-PB.

A COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR - CEHAP-CNPJ/CPF N° 09.111.618/0001-01, torna público que requereu a SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO – através do Proc. 2025-002974/TEC/LI-0148 para a construção do empreendimento, pelo Programa Parceiros da Habitação, composto por 50 unidades habitacionais, com Sistema de Esgotamento sanitário composto por fossa séptica coletiva, filtro anaeróbio e leito de secagem, no município de Vista Serrana-PB.

Emilia Correia Lima

Diretora-Presidente

Fundo Estadual de Assistência Social

EXTRATOS

FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Extrato de TERMO DE FOMENTO (Lei nº 13.019/2014) (EMENDAS IMPOSITIVAS)

Nº do Cadastro 25-80401-4

Nº do Instrumento 0044/2025

Concedente FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conveniente ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Objeto CONSTITUI OBJETO DESTE TERMO DE FOMENTO TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS À OSC, CUJO OBJETIVO É A AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, MATERIAL DE HIGIENE, MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DESCARTÁVEIS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO PLANO DE TRABALHO QUE INTEGRA E ESTÁ ANEXO A ESTE TERMO DE FOMENTO.



Assinado com senha por [SDH55067] [SENHA] JULIANA AZEVEDO BRASILINO SILVA em 11/06/2025 - 11:01hs.

Documento Nº: 7433438.65120361-7497 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7433438.65120361-7497>





TERMO DE FOMENTO Nº 44/2025

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO – SEDH E A ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE ACORDO COM O PROCESSO SDH-PRC-2025/02294, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO por intermédio do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, situada na Av. Epitácio Pessoa, 2501 - Bairro dos Estados - João Pessoa - PB, CNPJ nº. 02.467.492/0001-55, neste ato representada pela Secretária YASNAIA POLLYANNA WERTON, nomeada pelo Ato Governamental nº 0238 de 01 de fevereiro de 2023, publicado em 02 de fevereiro de 2023, e a ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, inscrita no CNPJ nº 17.290.481.0001-10 com sede na Rua Sizenando Rafael, nº 434 – Centro, Monteiro -PB, CEP 58.500-000, neste ato representado pela SR. GERALDO SOUZA DE OLIVEIRA FILHO, com documentos de identificação anexos ao processo, RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, decorrente do Edital de Credenciamento nº 001/2021-SEDH, em observância às disposições da Lei Federal nº 13.019/14, da Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742/93, e demais normas jurídicas pertinentes mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

Constitui objeto deste TERMO DE FOMENTO transferir recursos financeiros à OSC, cujo objetivo é a aquisição de alimentos, material de higiene, material de escritório e descartáveis, conforme disposições constantes no Plano de Trabalho que integra e está anexo a este TERMO DE FOMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:

2.1. A OSC, para atender a finalidade do presente TERMO DE FOMENTO, cumprirá o disposto no Plano de trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

3. Para a execução do objeto previsto neste Termo de FOMENTO, serão disponibilizados recursos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEDH no valor total de **R\$ 30.000,00 (TRINTA mil reais)**, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

3.1. O valor para execução do TERMO DE FOMENTO está abarcado pela seguinte Reserva Orçamentária:

27902.08.243.5008.2847.00000000287.44504200.79900.0.1.0000

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados
CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069
E-mail: atncisedh4@gmail.com

Geraldo Souza de Oliveira Filho
Presidente - APIPCD
CPF nº 467 762 114-87



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA DUTRA em 26/05/2025 - 13:45hs.
Documento Nº: 7433438.63785130-6894 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7433438.63785130-6894>



SDHPRC202502294V01



CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4. A liberação do recurso financeiro se dará de acordo com o seguinte cronograma de desembolso:

MÊS/ANO	VALOR R\$
JUNHO/2025	30.000,00

4.1. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de FOMENTO;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.2. A verificação das hipóteses de retenção previstas no Item 4.1 ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

- I. a verificação da existência de denúncias aceitas;
- II. a análise das prestações de contas anuais; e
- III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo;

4.3. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº. 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de FOMENTO, nos termos do Item 4.1, inciso II, desta Cláusula.

CLÁUSULA QUINTA- DA VIGÊNCIA

5. O prazo de vigência do presente TERMO DE FOMENTO será até 31 de MAIO de 2026, a partir da data da assinatura do presente instrumento, podendo ser renovado, alterado ou complementado por Termos Aditivos, livremente pactuados entre as partes, formulados, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, observada a legislação em vigor e a conveniência dos partícipes.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES

6. O presente Termo de FOMENTO deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

§ 1º. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEDH:

6.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA obriga-se a:

- a) Proporcionar todas as condições para que a OSC possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do TERMO DE FOMENTO, da Proposta e do Plano de Trabalho;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela OSC, de acordo com as cláusulas do TERMO DE FOMENTO e o Plano de Trabalho;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
 Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados
 CEP: 58030-002
 João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069
 E-mail: atncisedh4@gmail.com



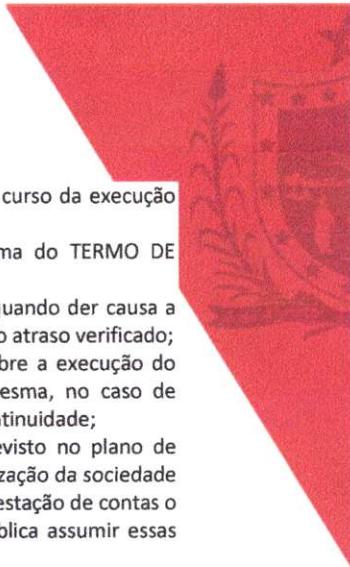
Geraldo Souza de Oliveira
Presidente APIPCD
CPF nº 467 762 314-37



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 26/05/2025 - 13:45hs.
 Documento N°: 7433438.63785130-6894 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7433438.63785130-6894>

SDHPRC202502294V01





- d) Notificar a OSC por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços fixando prazo para a sua correção;
- e) Repassar a OSC o valor resultante da prestação do serviço, na forma do TERMO DE FOMENTO;
- f) Prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g) Conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução do objeto, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pela mesma, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- h) Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;
- i) Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

§ 2º. DAS OBRIGAÇÕES DA OSC:

6.2. A OSC obriga-se a:

- a) Executar os serviços conforme especificações do Plano de Trabalho e da sua proposta de trabalho, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento do TERMO DE FOMENTO;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- c) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Estado da Paraíba ou a terceiros;
- d) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- e) Apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados;
- f) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdências, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- g) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- h) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j) Manter durante toda a vigência do TERMO DE FOMENTO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- l) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Plano de Trabalho ou na minuta do TERMO DE FOMENTO;

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados
CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069
E-mail: atncisedh4@gmail.com

Gerson Souza Ribeiro
Presidente APPCD
CRM nº 467.769-153-31



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 26/05/2025 - 13:45hs.

Documento Nº: 7433438.63785130-6894 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7433438.63785130-6894>



SDHPRC202502294V01



- m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do TERMO DE FOMENTO, exceto quando ocorrer algum dos eventos;
- n) Afixar em local visível, placa indicativa, fornecida ou indicada pelo órgão ou entidade transferidora do TERMO DE FOMENTO, em local visível da execução da obra ou de execução do serviço objeto do TERMO DE FOMENTO, indicando a fonte e o valor dos recursos aplicados;
- o) Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades pública, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;
- p) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do TERMO DE FOMENTO, preenchida/informada no ANEXO I deste termo;
- q) Divulgar, conforme Lei Estadual nº 12.869/2023, em site oficial próprio, prestação de contas com as seguintes informações: I – valores recebidos; II – Plano de Trabalho; III – órgão ou entidade transferidora; IV – data da transferência financeira; V – comprovantes de como foram empregados os recursos financeiros recebidos; VI – empresas que forneceram bens ou materiais, ou que prestaram ou executaram serviços; e VII – registros contábeis evidenciando as receitas e despesas dos valores recebidos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

7. O presente Termo de FOMENTO poderá ser:

- I - extinto por decurso de prazo;
- II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
 - a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 - b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas (art. 61, §4º, inciso II, do Decreto nº 8.726, de 2016);
 - c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
 - d) violação da legislação aplicável;
 - e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
 - f) malversação de recursos públicos;
 - g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
 - h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
 - i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
 - j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 - k) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Secretário de Estado ou pelo dirigente máximo da entidade da Administração Pública Estadual, conforme previsto nos §§ 3º e 4º do art. 34 do Decreto nº 8.726, de 2016; e

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
 Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados
 CEP: 58030-002
 João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069
 E-mail: atrcisedh4@gmail.com



Gerson SOUZA
Presidente APPCD
CPF nº 887.761-951-87



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 26/05/2025 - 13:45hs.
 Documento Nº: 7433438.63785130-6894 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7433438.63785130-6894>





I) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

7.1. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

7.2. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

7.3. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

7.4. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

7.5. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

7.6. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA NOVAÇÃO

8. Qualquer tolerância das partes relativamente ao cumprimento das obrigações aqui assumidas não importará em novação ou alteração, tácita ou expressa, nem caracterizará renúncia de qualquer direito. Qualquer alteração do presente TERMO DE FOMENTO somente terá eficácia se efetuada por escrito e assinada pelas partes.

CLÁUSULA NONA: DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

9. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de FOMENTO, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA TITULARIDADE DOS BENS

10.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da parceria serão de titularidade da Administração Pública.

10.1.1 Não se consideram bens permanentes aqueles que se destinam ao consumo.

10.2 - Os bens permanentes não poderão ser alienados, ressalvadas as previsões específicas deste instrumento sobre os bens inservíveis e sobre as situações posteriores ao término da parceria.

10.3 - Caso os bens se tornem inservíveis antes do término da parceria, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL solicitará orientação sobre quais providências deve tomar, tendo em vista a legislação de administração patrimonial de bens públicos.

10.4 - Após o término da parceria, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA decidirá por uma das seguintes hipóteses:

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados
CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069
E-mail: atncisedh4@gmail.com

Geraldo Souza Neto
Presidente - HPPCD
CPF nº 467.761-151-83



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 26/05/2025 - 13:45hs.

Documento N°: 7433438.63785130-6894 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7433438.63785130-6894>



SDHPRC202502294V01



- a) a manutenção dos bens em sua propriedade, permanecendo a custódia sob responsabilidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até a retirada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que deverá ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias após o término da parceria;
- b) a doação dos bens à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, caso não sejam necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado por execução direta ou por celebração de nova parceria com outra entidade, permanecendo a custódia sob responsabilidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL; ou
- c) a doação dos bens a terceiros, desde que para fins de interesse social, permanecendo a custódia sob responsabilidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira até sua retirada, que deverá ocorrer até 60 (sessenta) dias após a edição do ato da doação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11. A prestação de contas final deve ser feita pela OSC, sendo referente aos pagamentos efetuados, abrangendo todo o período da vigência do TERMO DE FOMENTO será apresentada em até 30 (trinta) dias à SEDH, após o vencimento do prazo de execução de cada ano e será composta, além dos documentos e informações apresentadas, do seguinte:

- I Ofício encaminhando a prestação de contas, mencionando o número do Termo de Fomento e o valor dos recursos recebidos;
- II Relatório de Execução Físico-Financeira;
- III Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos;
- IV Relação de todos os pagamentos apresentados;
- V Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- VI Relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- VII Relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- VIII Demonstrativo de Conciliação dos Saldos Bancários com a apresentação do respectivo extrato da conta bancária específica do período de vigência do convênio;
- IX Demonstrativo dos rendimentos da aplicação Financeira;
- X Declaração do setor contábil do órgão ou entidade, quanto à idoneidade da documentação apresentada;
- XI Extratos bancários da conta bancária específica do convênio mês a mês;
- XII Extrato das aplicações no mercado financeiro, mês a mês;
- XIII Comprovante dos depósitos realizados referentes às despesas bancárias;
- XIV Notas Fiscais, que não poderão conter rasuras ou emendas e deverão corresponder apenas as despesas feitas dentro do período de vigência do convênio;
- XV Aposição nas Notas Fiscais do carimbo com os dizeres: RECURSO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA TERMO DE FOMENTO N°. 44/2025;
- XVI Comprovação de que os materiais/serviços foram recebidos/executados (atesto nas notas fiscais/declaração de recebimento);
- XVII Cópia dos cheques assinados pelos responsáveis ou ordem bancária e respectivos recibos emitidos pelo fornecedor;
- XVIII Comprovante do recolhimento dos recursos não utilizados, quando houver, à conta indicada pela SEDH/PB;
- XIX Em caso de "Obra e Reforma" ou "Aquisição de Equipamento Permanente" é necessário a inclusão de registro fotográfico;

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
 Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados
 CEP: 58030-002
 João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069
 E-mail: atncisedh4@gmail.com



Geraldo Soárez de Freitas
Presidente RPFCO
(PIS nº 867 767-513-83)



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 26/05/2025 - 13:45hs.
 Documento N°: 7433438.63785130-6894 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7433438.63785130-6894>



SDHPRC202502294V01



XX Cópia do Termo de Aceitação Definitivo da Obra, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES

12. Este Termo de FOMENTO poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos Arts. 57 da Lei nº 13.019/2014.

12.1. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004, do Decreto nº 8.726, de 2016, e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão público, que será concedida sempre que a OSC resarcir a Administração Pública estadual pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

13.1. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

13.2. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública federal.

13.3. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

13.4. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

13.5. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Ministro de Estado prevista no Item anterior, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

13.6. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no Siafi e no CADIN, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

13.7. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da Administração Pública estadual destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir da

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados
CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069
E-mail: atncisedh4@gmail.com

SDHPRC202502294V01



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 26/05/2025 - 13:45hs.
Documento Nº: 7433438.63785130-6894 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7433438.63785130-6894>



término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

14. As partes praticarão, reciprocamente, os atos necessários à efetiva execução das presentes disposições por intermédio de seus representantes legais ou de pessoa regularmente designada.

14.1. A fiscalização, acompanhamento e gestão do TERMO DE FOMENTO ficarão a cargo da gestora PÂMELA KAROLINE PACHEGO QUEIROGA nomeada através da Portaria nº 47/2024/GS/SEDH, publicada no DOE/PB em 09/03/2024.

14.2. Fica garantido o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas e dos órgãos de Controle Externo e Interno do Poder Executivo Estadual, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização, inspeção, diligência ou auditoria;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

15. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela OSC e ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

16. Fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa-PB, como competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste TERMO DE FOMENTO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por assim estarem de acordo, firmam as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

João Pessoa-PB, _____ de _____ de 2025.

YASNAIA POLLYANNA WERTON
SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

GERALDO SOUZA DE OLIVEIRA FILHO
ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Testemunhas:

1. Cristóvão Ed. Góis CPF: 070.644.614-32
2. Flávia Rosângela Pereira Mendes CPF: 057.107.354-93

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados
CEP: 58030-002
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069
E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 26/05/2025 - 13:45hs.
Documento Nº: 7433438.63785130-6894 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7433438.63785130-6894>

